

A. I. N° - 07821441/02
AUTUADO - MEDEIROS & FREIRE LTDA.
AUTUANTE - ANTONIO LUIZ DO CARMO
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 04.06.02

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0181-02/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. VENDA SEM EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA. Comprovada a emissão dos respectivos documentos fiscais. Imputação elidida. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 17/02/2002, exige a multa no valor de R\$600,00, em razão da constatação do estabelecimento autuado ter sido identificado realizando operação de venda, inerente ao mês de fevereiro de 2002, sem emissão de documentação fiscal correspondente, apurado através de cópias dos contratos de vendas, no valor de R\$ 5.041,00, sob nº 150 a 171.

O contribuinte, em sua impugnação, alega que as notas fiscais foram devidamente emitidas, conforme cópias às fls. 13 a 44 dos autos, as quais encontravam-se no “bureau” de serviços na cidade de Irecê-BA, para os devidos cálculos dos impostos. Aduz que tão logo tomou conhecimento da formalização de Termo de Apreensão, lavrado em 17.02.2002 (Domingo) pelo Agente Fiscal, colocou-as a sua disposição, o qual não tomou nenhum conhecimento, lavrando o Auto de Infração, o qual pede que seja julgado improcedente.

O autuante, em sua informação fiscal, ressalta que no momento da ação fiscal não havia qualquer talão de notas fiscais em uso no estabelecimento, o que acarretou a lavratura do Auto de Infração. Ressalta que o próprio contribuinte afirma que os documentos fiscais se encontravam em outra cidade. Assim entende que na defesa não há elementos que contrariem o reclamado.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir a multa de R\$ 600,00, por descumprimento de obrigação tributária acessória, em razão da identificação do estabelecimento autuado realizando vendas sem emissão do documento fiscal correspondente, conforme Termo de Ocorrência, à fl. 4 dos autos, onde ficou consignado a utilização de talonário extra-fiscal (Contrato Abertura de Crédito), com vendas realizadas no mês de fevereiro de 2002, no valor de R\$ 5.041,00, sem emissão de documentação fiscal, conforme cópias dos contratos de vendas, sob nº 150 a 171.

O contribuinte, em suas razões de defesa, alega que as notas fiscais foram devidamente emitidas e como prova de sua alegação anexa cópias das mesmas e dos aludidos contratos de crédito.

Da análise das peças processuais constata-se que a ação fiscal está fundamentada no Termo de Ocorrência, lavrado à fl. 4, o qual circunstancia a utilização de talonário extra-fiscal (Contrato Abertura de Crédito sob nº 150 a 171, no valor de R\$5.041,00, relativo ao mês de fevereiro de 2002).

O contribuinte, em suas razões de defesa, anexa as Notas Fiscais de Venda a Consumidor de nºs 79 a 100, emitidas entre os dias 1º a 17 de fevereiro de 2002, no montante de R\$ 5.042,40, as quais correspondem as mesmas mercadorias e destinatários constantes dos aludidos contratos de créditos, conforme pode-se constatar às fls. 13 a 44 do PAF. Assim, ficou comprovado que as vendas apuradas no citados documentos “extra-fiscal” foram realizadas com emissão dos respectivos documentos fiscais. Diante dos fatos, observa-se que o talão de notas fiscais de nº 51 a 100 encontrava-se encerrado, havendo no estabelecimento comercial o talão subsequente, cuja Nota Fiscal de nº 101 foi visada pelo preposto fiscal. Portanto, o contribuinte agiu corretamente, sendo insubsistente a acusação fiscal de vendas sem emissão de notas fiscais.

Diante do exposto, voto o Auto de Infração IMPROCEDENTE.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 07821441/02**, lavrado contra **MEDEIROS & FREIRE LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de maio de 2002.

FERNANDO A. B. DE ARAÚJO - PRESIDENTE RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR – JULGADOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – JULGADOR